

## **NARRAR HISTÓRIAS, CONSTRUIR MEMÓRIAS: 30 ANOS DO CURSO DE HISTÓRIA DO CH-UFCG**

Regina Coelli Gomes Nascimento<sup>1</sup>

Esta investigação foi concebida a partir do desejo de pesquisar a Historicidade do Curso de Graduação em História do Centro de Humanidades da UFCG nos últimos 30 anos. Considerando que o curso não dispunha de um registro sistematizado da sua História, a pesquisa está sendo realizada com a finalidade de organizar um arquivo digital com a documentação existente na UAHG, especialmente Leis, Decretos, Resoluções, atas, periódicos e fotografias. Ao longo do processo de investigação também pretendemos refletir sobre como alunos (as) e professores (as) do Curso vivenciaram a experiência acadêmica – opiniões sobre alunos (as), professores (as), o Estado, as políticas públicas – e como se vêem - quais as orientações que articulam ou articularam as suas trajetórias profissionais e seus projetos de vida. Com ênfase, na satisfação profissional, no prazer que o exercício do magistério provocou ou não em suas vidas.

Essa proposta surgiu a partir de nossas reflexões em sala de aula, enquanto professora da Prática de Ensino de História e durante a elaboração do Projeto Pedagógico,<sup>2</sup> na condição de integrante da comissão, verificamos a ausência de trabalhos escritos sobre a História do Curso. Localizamos apenas um artigo publicado nos Anais do IX Encontro Estadual de Professores de História, intitulado “Perfil do aluno egresso no curso de História da UFPB, campus II”, elaborado pelo professor Josemir Camilo de Melo, no qual analisa a qualificação profissional e acadêmica dos egressos. Posteriormente, na condição de Tutora do PET História da UFCG<sup>3</sup>, propomos como uma das atividades do grupo a pesquisa intitulada “NARRAR HISTÓRIAS, CONSTRUIR MEMÓRIAS: 30 ANOS DO CURSO DE HISTÓRIA DO CH-UFCG”

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora da Universidade Federal de Campina Grande. Email: [reginacgn@gmail.com](mailto:reginacgn@gmail.com)

<sup>2</sup> O projeto Pedagógico do curso de História/CH/UFCG encontra-se em tramitação e, possivelmente, no semestre 2011. 1 entrará em vigor.

<sup>3</sup> O Programa de Educação Tutorial do Curso de História do Centro de Humanidades da UFCH foi aprovado no ano de 2009, passando a funcionar a partir de outubro do mesmo ano.

cujo objetivo inicial era elaborar um arquivo digital com fotografias, depoimentos e textos sobre a História do Curso. Durante a realização da investigação constatamos que o volume de documentos e informações para ser analisado necessitava de um aprofundamento historiográfico, teórico e metodológico específico. Haja vista que a história da criação do curso deverá ser pensada em meio a uma farta documentação e historiografia existente sobre a história das universidades brasileiras no período da ditadura militar.

Com esta preocupação revisitamos alguns trabalhos da área de História da Educação no Brasil com a finalidade de compreender a historicidade dos cursos de Graduação em História, a esse respeito Fonseca informa que o primeiro curso foi criado em 1934, na Universidade de São Paulo, quando é introduzida a Seção de História dentro da Faculdade de Ciências Letras e Artes. Os (as) alunos (as) após concluir o Bacharelado em História, poderiam continuar seus estudos na seção de Pedagogia da USP, denominado como o quarto ano de formação universitária e garantiam a formação específica para o magistério.<sup>4</sup> Este é um momento de mudanças na História do Ensino de História no Brasil, uma vez que até então o ensino era ministrado na maioria das escolas por professores sem formação acadêmica. A partir desse momento o conhecimento histórico passa a ser estruturado no Brasil como um saber “especializado” com métodos e técnicas de pesquisas específicas.

Com o golpe militar<sup>5</sup> de 1964 localizamos outro momento de ruptura na História do ensino de História no Brasil. A educação no país foi disciplinada pelos “olhos” do Regime Militar que, com dispositivos de poder, instituiu a disciplina Estudos Sociais como substituição a História, implementada nos três níveis do sistema escolar brasileiro, enfatizando a trilogia “Deus, Pátria e Família” na sociedade. No terceiro grau, o curso de Estudos Sociais – Licenciatura Curta – formava um profissional polivalente destinado ao ensino de História ou Geografia.

---

<sup>4</sup> Com a promulgação em 1961 da Lei 4.024, que regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a criação dos conselhos de educação, a licenciatura passou a ser um grau paralelo ao bacharelado. Após a reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior) a Licenciatura e os cursos de pedagogia ficaram a cargo das Faculdades de Educação. Enquanto o bacharelado e as licenciaturas seguiram caminhos deferentes, o aluno podia optar por um dos graus, ou obter os dois, podendo atuar em campos diferentes. (MARTINS, 1998 48)

<sup>5</sup> A expressão golpe militar neste trabalho está relacionada ao regime instalado em 1964 com o a deposição do presidente João Goulart e o estabelecimento dos militares no comando do governo brasileiro.

A partir desse momento, observamos um redirecionamento do projeto educacional brasileiro. São tomadas medidas que irão atingir diretamente os setores ligados à educação, como a intervenção nos sindicatos e nas entidades estudantis, proibição das greves, instauração da censura, criação do SNI (Serviço Nacional de Informações) cassação de mandatos e suspensão por dez anos dos direitos políticos de parlamentares opositores.”<sup>6</sup> A ditadura militar coloca na ilegalidade a União Nacional dos Estudantes – UNE, cria os Diretórios Acadêmicos - DAs, restritos a cada curso e o Diretório Central dos Estudantes - DCE, no âmbito da universidade. (CIAMPI, 2000, p. 42) Nesse momento é eliminada a representação em nível nacional bem como qualquer tentativa de ação política. O lema da ditadura era "estudante é para estudar; trabalhador para trabalhar". (XAVIER, 1984, p. 234)

E nesse contexto de mudanças a Universidade Federal da Paraíba, anteriormente Universidade da Paraíba, criada em 1934,<sup>7</sup> acompanha as reformas proposta pelo Governo Federal.<sup>8</sup> E, em 1973, o Conselho Universitário aprova a reformulação da estrutura acadêmica da Instituição quando são lançadas as bases para a formação de Centros como órgãos intermediários e de concentração dos Departamentos por áreas de conhecimentos básicos e profissionais, estruturada com VII Campus.<sup>9</sup>

Para Jorge Hage Sobrinho a expansão e estruturação das universidades no período de governo militar transformou a educação brasileira em um ensino não-

---

<sup>6</sup> O jurista Luiz Antonio da Gama e Silva acumula os cargos de Ministro da Justiça e Ministro da Educação e Cultura nos primeiros dias do golpe militar. São Ministros da Educação e Cultura do Governo do General Castelo Branco: Flávio Suplicy de Lacerda, Raimundo de Castro Moniz de Aragão (interino), Pedro Aleixo e Guilherme Augusto Canedo de Magalhães (interino).

<sup>7</sup> Escola de Agronomia do Nordeste, na cidade de Areia. Em 1955, existiam no Estado onze escolas de nível superior, o que possibilita a criação da Universidade da Paraíba. Lei Estadual nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955 e sua federalização, através da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960.

<sup>8</sup> Resolução nº 12/73, em consonância com o disposto nos Decretos-leis nºs 53, de 18.11.66, e 252, de 28.02.67, e a Lei nº 5.540, de 28.11.68.

<sup>9</sup> Campus I, na cidade de João Pessoa; Campus II, na cidade de Campina Grande; Campus III, na cidade de Areia; Campus IV, na cidade de Bananeiras; Campus V, na cidade de Cajazeiras; Campus VI, na cidade de Sousa e Campus VII, na cidade de Patos. E, em 2002, após uma luta de vários anos, envolvendo a comunidade acadêmica, a sociedade e a classe política local, foi criada a Universidade Federal de Campina Grande, com o desmembramento da Universidade Federal da Paraíba. Lei nº 10.419, de 09 de abril de 2002, integrada pelo Campus I, na cidade de Campina Grande, abrangendo o Centro de Ciências e Tecnologia - CCT; Centro de Humanidades - CH e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS; Campus II, na cidade de Cajazeiras, abrange o Centro de Formação de Professores - CFP; Campus III, na cidade de Sousa, abrange o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS e o Campus IV, na cidade de Patos, abrangem o Centro de Saúde e Tecnologia Rural - CSTR. <http://www.ufpb.br/historico.html>. acesso em 10/04/2010.

universitário, Isto é, em ensino oferecido predominantemente em estabelecimentos isolados, de qualidade inevitavelmente inferior, posto que foi organizada sem o suporte da pesquisa, da pós-graduação, da extensão e da interdisciplinaridade, dentre outras questões. Constata que o ensino superior não atendia sequer a legislação da época, considerada primordial pelos seus idealizadores. (Apud. NADINE, 1987, p. 30).

Enquanto Sofia Lerche Vieira<sup>10</sup> destaca que as preocupações com a qualidade no ensino superior na década de setenta estavam relacionadas com os títulos acadêmicos e com a produção científica. Nos anos de 1980 novas tendências passam a circular na sociedade civil manifestando-se, também, no cenário da educação superior brasileira. A exemplo das preocupações com o planejamento da educação superior e a maior participação daqueles que se acham envolvidos no processo; a mobilização das associações docentes e discentes que passam a interferir nas decisões governamentais referentes à educação.

E é nesse cenário de crise política, econômica e educacional que o Curso de Graduação em História do Centro de Humanidades da UFCG<sup>11</sup> vai ser implantado. Inicialmente criado como Bacharelado em História no Campus II da UFPB, a partir da existência da área de História e Geografia o Departamento de Sociologia e Antropologia em 1979. O projeto do curso foi elaborado pelos professores Odete Magalhães Amorim e Josemir Camilo de Melo e autorizado a funcionar a partir do primeiro semestre letivo de 1980, oferecendo, então, duas áreas de concentração: História Econômica e Social e História da Arte e Cultura.

O objetivo inicial para criação do curso, segundo Josemir Camilo de Melo, era oferecer a comunidade apenas uma habilitação direcionada para “a formação de profissionais de História voltados para a pesquisa de novas fontes historiográficas da região”. (MELO, 2000, p. 523). Após cinco anos de sua criação o curso passou por uma reformulação curricular e foi implantada a Licenciatura,<sup>12</sup> a que o aluno poderia optar, após integralizar 70 créditos, correspondentes aos três primeiros períodos do Curso. A Licenciatura foi estruturada para atender duas pressões: por um lado, a sociedade

---

<sup>10</sup> A Universidade Brasileira nos anos 80. Coleção Documentos Universitários. Imprensa Universitária – Universidade Federal do Ceará. 1981. Pp. 12 a 17

<sup>11</sup>Regulamentado pela Resolução N° 23/80, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB (CONSEPE), no Centro de Humanidades da UFPB, Campus II.

<sup>12</sup> Regulamentada pela Resolução N° 07/86 do CONSEPE. UFPB

cobrava a habilitação de profissionais para o exercício do magistério na área; por outro, era importante para muitos dos docentes e discentes a possibilidade de uma atuação social mais direta, o que seria possível mediante a presença dos egressos nas salas de aula das escolas públicas e privadas da região.

Em 1985, praticou-se outra reformulação curricular, legalizada pela Resolução Nº 07/86 do CONSEPE, quando foi estabelecida a habilitação Licenciatura – a partir da qual O estudante poderia optar, após integralizar 70 créditos, correspondentes aos três primeiros períodos do Curso. Com isso se quis carrear a experiência já acumulada pelo Curso na direção da formação de educadores, o que atendia a duas pressões intensas: por um lado, externamente, a sociedade nos cobrava a habilitação de profissionais para o exercício do magistério na nossa área; por outro lado, era importante para muitos dos nossos docentes e discentes a possibilidade de uma atuação social mais direta, o que seria tornada possível mediante a presença dos egressos nas salas de aula das escolas públicas e privadas da região.

A criação do Curso Noturno, em 1998, ocorreu como forma de dar vazão à expectativa de ampliar as possibilidades de acesso da sociedade para a formação em História, duplicando a entrada de estudantes para o curso. Esperávamos com aquela nova forma de funcionamento, aprofundar o nosso compromisso para com a sociedade, no sentido de que o oferecimento de uma formação à noite certamente implica no atendimento preferencial aos trabalhadores, em geral quase impossibilitados de cursar a Universidade durante o dia.

A partir dessas considerações iniciais alguns questionamentos nos chamam atenção, tais como: Quais os caminhos que possibilitaram a implantação do curso de História no Centro de Humanidades? Quais as dificuldades foram vivenciadas por alunos (as) e professores (as) nos primeiros anos? Quais os percursos vivenciados pelos docentes na construção de sentidos para suas vidas enquanto historiadores (as)? De que forma coletivamente e individualmente foram e são pensadas as discussões sobre teoria e metodologia na produção acadêmica do curso? Quais as estratégias utilizadas pelos professores (as) na Prática de Ensino de História para que os alunos se tornassem aptos, em sua prática docente a posicionar-se quanto às relações entre teoria, metodologia e ensino de História e quanto ao uso de métodos, recursos e avaliação educacional? O que significa “ser Historiador (a)” em meio às tramas multifacetadas do cotidiano

acadêmico? Nessa perspectiva investigamos também as possibilidades e limitações na formação do professor (a) e a conseqüente repercussão dessa formação na prática profissional. Margeando tais linhas buscamos pesquisar a documentação referente às estratégias utilizadas pelos professores do Curso de História frente às relações e o uso de métodos, recursos didáticos, avaliação educacional e a aplicabilidade dos estudos realizados na Universidade na rede de Ensino. Estas e outras indagações direcionarão o nosso olhar ao pesquisar o cotidiano do curso, buscando aproximações com as astúcias, estratégias, táticas e operações do fazer e do saber dos sujeitos envolvidos.

Outro aspecto que nos impulsiona a realizar esta pesquisa diz respeito à necessidade de refletir sobre as questões que envolvem os profissionais da área, em um momento em que a regulamentação da profissão de historiador está sendo alvo de discussões em diversos setores da sociedade. A pesquisa é um exercício de memória, direcionado para revisitar histórias vividas, dizeres e saberes de pessoas em momentos diversos. É também um momento para que os protagonistas dessa história possam refletir sobre as estratégias utilizadas para construir coletivamente uma postura acadêmica engajada, ética, compromissada com a formação do cidadão.

O percurso da pesquisa foi traçado obedecendo à seguinte cartografia: 1) Catalogar documentação existente nos arquivos; 2) Entrevistar e transcrever as entrevistas realizadas com os docentes, discente e funcionários; 3) Analisar as fontes à luz das leituras teóricas escolhidas; 4) redigir textos nos quais serão contemplados os discursos que ganharam visibilidade nas fontes pesquisadas. Com esse mapa, buscamos revisitar as histórias e memórias dos sujeitos envolvidos com a História do Curso ao longo dos últimos anos.

Para fundamentar nossas reflexões utilizamos os pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural, especialmente, Michel de Certeau, um historiador que nos oferece a possibilidade de trabalhar com o conceito de cotidiano, suas sutilezas, estratégias, táticas e operações do fazer e do saber. Tendo como preocupação perceber como os sujeitos burlaram códigos, normas e regras e arquitetaram novos lugares para o saber histórico e para suas próprias práticas cotidianas. Tais reflexões são fundamentais para entendermos como foram construídos os caminhos trilhados no curso, espaços de afloramento das tensões internas,

dificuldades decorrentes das limitações institucionais e de possibilidades de contribuições para a comunidade na forma de ensino, pesquisa e extensão.

Michel de Certeau na operação histórica nos coloca diante de questões que nos permitem pensar sobre as “Histórias Ensinadas” tarefa que carrega indagações acerca do “fazer história”, onde a compreensão da História enquanto produção volta-se aos métodos, aos lugares e procedimentos de análise, fazendo dela prática capaz de combinar lugar social e práticas científicas. Com o olhar educado pela prescrição quanto à operação histórica, segundo Certeau, as “Histórias Ensinadas” no curso de História do Centro de Humanidades da UFCG são concebidas como produtos históricos que emergem de um lugar social, assumindo posições distintas onde os objetos da História ancoram-se na conexão saber/lugar e é permeado pelo corpo social e suas apresentações que ora sustentam e serão sustentados por discursos produtores de textos históricos. (CERTEAU, 1982)

Ao pensar sobre as práticas cotidianas compartilhamos com Michel de Certeau quando afirma que “O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”. (CERTEAU, 1982, p.38) e que é um erro supor que o consumo das idéias, valores e produtos pelos anônimos sujeitos do cotidiano é uma prática passiva, uniforme, feita de puro conformismo às imposições do mercado e dos poderes sociais. Nesse sentido ao revisitar as histórias construídas no cotidiano dos docentes e discentes do curso de História do Centro de Humanidades da UFCG, buscaremos perceber nos acontecimentos cotidianos as sutilezas, estratégias, táticas, operações do fazer e do saber, usos e consumos que afloram nas falas dos entrevistados, nos diários de classe, livros, planos de curso, cadernos, agendas, jornais, etc.

O registro da oralidade terá como intuito entender algumas experiências<sup>13</sup> pessoais vivenciadas pelos docentes no curso, será utilizado como técnica de pesquisa direcionada para pensar as narrativas sobre o curso ao modo Benjamim quando afirma que “a narrativa [...] é ela própria num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação.” (BENJAMIM, 1987, p. 205). Inspirados nesta afirmação buscaremos a partir das falas dos entrevistados pensar sobre as mudanças ocorridas nos processos de aquisição, transmissão e (re) elaboração do conhecimento histórico destacando suas

---

<sup>13</sup> Experiência - me refiro as narrativas que os entrevistados vão dar às subjetividades de si neste período, tendo como foco de análise as práticas educativas.

trajetórias profissionais e seus projetos de vida. Também pretendemos entrevistar discentes e funcionários de acordo com a documentação pesquisada.

Entendemos que o trabalho com a história oral é fundamental para compreendermos os significados das experiências vivenciadas pelos sujeitos envolvidos e o modo como constroem e reconstróem suas identidades. Inicialmente não estabeleceremos o número de entrevistados, a escolha será realizada a partir de contatos com os docentes citados nas fontes pesquisadas. Apresentaremos a proposta e, de acordo com o interesse e a disponibilidade de cada um será realizada a entrevista, em seguida a transcrição. No momento posterior, as entrevistas transcritas serão submetidas à conferência e autorização dos colaboradores para uso e publicação. Optamos por entrevistas semi-estruturadas, ou seja, a partir de um roteiro previamente elaborado aberto a registrar informações que não tenham sido previstas.<sup>14</sup>

Para atendermos aos objetivos traçados o trabalho será realizada a partir da compreensão que a pesquisa não se constitui apenas na coleta de informações e catalogação de dados, mas na análise das fontes com os olhos do presente, lendo com olhares teóricos, que nos fazem entender verdades que em determinado momento histórico ganharam projeção. Assim, problematizaremos as fontes enquanto espaços produtores de rupturas e descontinuidades com a finalidade de dar visibilidade à formação dos sujeitos que através das fissuras, desvios, e subjetividades deslizaram e deslizam identidades multifacetadas para o Curso de Graduação em História/CH/UFCG.

Ao final do trabalho a documentação pesquisada será disponibilizada para a comunidade acadêmica, visando sensibilizar discentes e docentes para uma reflexão coletiva acerca da importância do curso para a comunidade, de modo a pensar sobre as especificidades, dificuldades, fragilidades e possibilidades de crescimento coletivo.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *História Oral: experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1990.

ATCON, Rudolph P. *Atcon e a Universidade Brasileira*. Coordenação [e introdução] dos textos [por] José Serrano. Rio de Janeiro: S/E, 1974.

---

<sup>14</sup>Para encaminhar o trabalho da pesquisa oral e transcrições das entrevistas utilizaremos como aporte os estudos de Thompson (1992), Meihy (1996), Montenegro () e as observações do CPDOC Alberti (1992)

BENJAMIM, Walter. O narrador. In. *Magia e Técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas (vol I) São Paulo: Brasiliense, 1987.

CIAMPI, Helenice. *A História Pensada e Ensinada – da geração das certezas à geração das incertezas*. São Paulo: EDUC, 2000.

BOSI, Éclea. *Memória e Sociedade; lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp. 1983.

BRASIL. *Decreto-Lei 477*, de 26 de fevereiro de 1969. Estabelece normas para disciplinar a atuação de professores, alunos, funcionários e empregados de estabelecimentos de ensino públicos ou particulares.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Lei 5 692/71

\_\_\_\_\_. Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto- Lei Nº 252 – de 28 de fevereiro de 1967. Fixa diretrizes e normas sobre a organização das universidades em departamentos: (D. O 28/02/68-P. 2443)

\_\_\_\_\_. Decreto 63.281 cria o Centro Nacional de Recursos Humanos - CNRH. É formado o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária - GTRU, cujo projeto transformou-se na Lei 5540 e depois regulamentado no Decreto-lei 464.

\_\_\_\_\_. Decreto –Lei nº 53 de 18 de novembro de 1966. Fixa diretrizes e normas de organização para as universidades Federais e dá outras providencias.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969. Estabelece normas para disciplinar a atuação de professores, alunos, funcionários e empregados de estabelecimentos de ensino públicos ou particulares.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.539 de 27 de novembro de 1968. Modifica dispositivos da Lei numero 4.881, de 6 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, e dá outras providencias.

CAIMI, Flávia Eloísa. *Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980/1998)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

CALMON, João. *A Educação e o Milagre Brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CIAMPI, Helenice. *A História Pensada e Ensinada – da geração das certezas à geração das incertezas*. São Paulo: EDUC, 2000.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 1999.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1993 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana*. Belo Horizont: Autência, 2000.

LOURO, Guacira Lopes (1999) *O corpo educado*. Belo Horizonte: autêntica.

\_\_\_\_\_. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MEIHY, José Carlos S. Bom. *Manual da História oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MELO, Josemir Camilo de. Perfil do aluno egresso no curso de História da UFPB, campus II. In. *Anais do IX Encontro de Professores de História*. João Pessoa: Ed. Sal da Terra, 2000, p. 523-534.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

RIBEIRO, Maria das Graças M. *Educação superior brasileira: reforma e diversificação institucional*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. P. 23

SEFNNER, Fernando. *Questões de Teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autentica, 1999.

\_\_\_\_\_. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

\_\_\_\_\_.(org.) *Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: vozes: 2000